



Revista de Administração e Contabilidade

Volume 10, número 1

Feira de Santana, janeiro/abril 2018, p.2 – 17

ISSN: 2177-8426

A escolha do método de divulgação da DFC pelas empresas de capital aberto no Brasil.

**Rachel Lara Araújo de Oliveira
Juliano Almeida de Faria
Mirian Gomes Conceição
Isac Pimentel Guimarães**

RESUMO

Um dos adventos trazidos pela implantação das IFRS no Brasil foi à substituição da obrigatoriedade da DOAR pela DFC, facultando à administração das empresas de capital aberto a escolha entre dois métodos de divulgação: o método direto e o indireto. Desta forma, o presente trabalho busca identificar as razões para a escolha do método de evidenciação da DFC pelas empresas de Capital Aberto no Brasil, listadas na BMF&Bovespa que são participantes do *Carbon Disclosure Project* (CDP), especificamente, identificando o método mais utilizado pelas empresas; além de averiguar as razões pela escolha do método e correlacioná-las com o ramo de atividade e disponibilidade de caixa no final de 2014. Para tanto, foi realizada a coleta de dados extraíndo informações relacionadas ao método de divulgação da DFC, ramo de atividade e das informações relacionadas ao caixa final, do exercício de 2014, retiradas das notas explicativas e relatórios administrativos das Organizações. Por meio de questionamento direto e aberto às empresas da amostra, acerca das razões que levaram as empresas a optar pelo método escolhido. Os resultados indicam que 48% das empresas optam pelo método indireto, buscando facilitar o processo de comparabilidade entre as demonstrações contábeis; outra justificativa que apresentou relevância foi a facilidade do método indireto de divulgação e por fim a escolha do método se deve mais por comodidade das empresas do que a preocupação de levar a melhor informação para o usuário externo.

Palavras-chave: Demonstração de Fluxo de Caixa. Método de Divulgação das Demonstrações de Fluxo de Caixa. Empresas de Capital Aberto.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico contemporâneo possui como traços marcantes, uma intensa competitividade e globalização. As rápidas transformações parecem atingir os indivíduos, organizações e a própria sociedade como um todo, exigindo cada dia mais mudanças de posturas e comportamentos, entre elas, a redução das diferenças de normatização das informações financeiras existentes entre países (DAGA, 2015). Neste contexto, percebeu-se a crescente necessidade do universo financeiro se comunicar por uma linguagem mais

universal, exigindo assim respostas da Contabilidade no segmento da evidenciação por meio dos seus relatórios (DAGA, 2015).

Foi nesse contexto que, no Brasil, foram impostas através da Lei 11.638/07 as novas regras contábeis, que trouxeram consigo a unificação dos padrões adotados nos principais mercados de valores mobiliários. O principal objetivo desta nova Lei, segundo Barsato, Pimenta e Lemes (2009), foi atualizar as regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização destas regras contábeis com os pronunciamentos internacionais em especial os emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) por meio das *International Financial Reporting Standard* (IFRS). Ainda segundo os autores, esta harmonização parece irreversível e insere-se no contexto do aprimoramento das práticas de Governança Corporativa das empresas e, conseqüentemente, contribui para melhorar a divulgação de informações e aumentar a exposição aos investidores internacionais e ao mercado em geral.

Dentre as mudanças trazidas pela Lei 11.638/07, houve a substituição da obrigatoriedade de publicação por empresas de capital aberto e algumas exceções previstas na Lei, da Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), podendo esta ser apresentada pelo método Direto ou Indireto.

Sendo assim, a questão problema desta pesquisa se configura em compreender: Quais as razões para escolha do método de evidenciação da DFC pelas empresas de Capital Aberto no Brasil? A fim de responder este problema, este estudo tem como objetivo compreender as razões para a escolha do método de evidenciação da DFC pelas empresas de Capital Aberto no Brasil. Especificamente, busca-se mostrar os métodos mais utilizados pelas empresas de capital aberto, entre o método direto e indireto; além de identificar as razões pela escolha do método e fazer a correlação das razões para a escolha do método com o ramo de atividade e o saldo final de caixa em 2014.

A relevância desta pesquisa está em demonstrar o panorama geral quanto à divulgação do método de DFC preferido pelas empresas no exercício de 2014, bem como as razões para tal escolha, auxiliando, portanto, na melhor preparação dos estudantes da área de finanças e dos profissionais da classe Contábil, quanto à utilização dos métodos de divulgação. Além de informar aos usuários da informação, os métodos preferencialmente utilizados pelas empresas de acordo com o ramo de atividade, e com isso, contribuir também para a melhor preparação dos usuários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO

Desde o período primitivo da humanidade, o homem necessitou criar uma ferramenta que lhe permitisse contar seus rebanhos, instrumentos de caça, alimento, etc.; foi dessa necessidade que surgiu a contabilidade rudimentar, ou seja, apenas como um sistema de contagem e controle dos bens (GONÇALVES, 2010). A necessidade do homem de controlar e memorizar seus bens fazendo registros numéricos em troncos de árvores, rochas ou placas de diversos materiais, representam os primeiros vestígios de contabilidade. Historicamente desenvolvida como instrumento de gestão de comércios e bens, a contabilidade tornou-se instrumento chave de uma boa administração, por isso ela surge e evolui associada ao comércio e ao seu desenvolvimento (GONÇALVES, 2010).

Segundo o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) (1973) a função primordial da Contabilidade tem-se permanecido inalterada desde seus primórdios, sendo a sua finalidade a de prover aos usuários dos demonstrativos com informações que os ajudarão a tomar decisões. Ao longo do tempo, houve mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas formas de informações que têm procurado. Todavia, as funções dos demonstrativos financeiros são profundas e seu objetivo básico é o prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas e financeiras.

A informação para o usuário precisa ser ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. Afinal, o sentido da evidenciação é que, as informações consideradas irrelevantes, para o usuário, seja omitida, buscando tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente pelos usuários da informação (IUDÍCIBUS, 2004).

Os limites e a extensão do que deve ser evidenciado podem referir-se a informações quantitativas e qualitativas; no primeiro caso se encaixam os índices e outros percentuais e no segundo caso, envolve julgamentos mais objetivos, cuja relevância emerge de seu relacionamento direto com itens quantitativos (IUDÍCIBUS, 2004). Iudícibus (2007), Hendriksen e Van Breda (2007) apresentam os seguintes métodos de evidenciação:

- a) Forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- b) Informações entre parênteses;
- c) Notas explicativas;
- d) Quadros e demonstrações suplementares;
- e) Parecer de auditoria; e
- f) Relatório da diretoria

Sendo assim, estes métodos de evidenciação têm uma boa repercussão, principalmente no Mercado de Valores Mobiliários. Malacrida e Yamamoto (2006) afirmam que as principais repercussões da boa evidenciação são: aumento da credibilidade dos gestores; mais investidores de longo prazo; maior monitoramento por parte dos analistas; melhor acesso a novos capitais; e melhor avaliação do preço das ações.

A informação é um dos recursos mais valiosos de uma organização. Para Strassburg et al. (2007, p. 2) a informação é "o resultado do processamento, manipulação e organização de dados de tal forma que represente um acréscimo ao conhecimento da pessoa que a recebe". Quando uma informação não é precisa ou completa, o gestor pode tomar decisões equivocadas que poderão mudar todos os rumos de sua organização. Por conta disso, a informação não precisa apenas chegar na hora certa, ela precisa também possui uma série de características que a validem como confiáveis para a utilização no processo de tomada de decisão (STRASSBURG et al, 2007).

Com o aumento no número de empresas de capital aberto no Brasil e, portanto, da competitividade econômica, a informação ganhou ainda mais destaque no âmbito empresarial, exigindo das organizações que desejam manter-se no mercado competitivo, uma série de tecnologias e setores responsáveis por apurar, tratar e evidenciar informações (STRASSBURG et al, 2007). Ainda segundo o autor, é através da informação contábil "que se conhece os custos de produção, preço de venda, margem de lucro e outros fatores indispensáveis, ao conhecimento da gestão e do bom desempenho dos negócios" (p. 4).

A formação de grandes empresas, fez da contabilidade um instrumento muito utilizado pela maior parte dos *stakeholders* (como acionistas, financiadores, banqueiros, fornecedores, órgãos públicos, empregados, ou seja, a sociedade em geral) (PONTE et al., 2004). Ao longo dos anos, os órgãos reguladores da prática contábil têm expedido normas tratando da divulgação das demonstrações contábeis, pois se preocupam em garantir o fornecimento de informações contábeis capazes de atender às exigências dos usuários externos, com frequência (PONTE et al., 2004). Afinal, conforme afirmam Hendriksen e Van Breda (2009) o essencial é a contabilidade sempre ser ágil, confiante, transparente para desta forma, cumprir seu objetivo e ser utilizada como ponto de referência na tomada de decisão dos usuários da informação.

2.1.2 O ADVENTO DA LEI 11.638/07 E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO BRASIL

Depois de tramitar durante sete anos no Congresso Nacional Brasileiro, no ano de 2007, foi sancionada a Lei 11.638/07, apelidada como “Nova Lei das S.A”. Dentre os objetivos esperados com a sanção da lei, Dinis (2009) cita: a adequação das práticas contábeis brasileiras às praticas internacionais (a fim de aumentar a transparência e a segurança da informação), a redução dos custos de elaboração dos relatórios financeiros, a redução dos riscos e o acesso das empresas brasileiras às fontes de financiamento externo.

Esta lei foi criada buscando eliminar as barreiras que dificultavam a participação das companhias brasileiras no mercado internacional, pois seu objetivo é adequar a contabilidade aos padrões internacionais, possibilitando uma maior transparência e qualidade das informações contábeis (ROSA E FARIA, 2010).

A contabilidade internacional apresenta-se para criar uma contabilidade padrão entre os países, que mesmo aderindo essa padronização, ainda possuirão suas singularidades culturais e econômicas, que devem ser levadas em consideração (GONÇALVES et. Al, 2014). A Lei 11.638/07 foi o primeiro passo neste sentido, importante para o Brasil começar a se adequar as normas internacionais, estabelecidas pelo *International Accounting Standards Committe* (IASC) seguindo consoante com a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), sobretudo para as empresas com capital dividido em ações negociadas em bolsa de valores (GONÇALVES et. Al, 2014).

No que tange as Demonstrações contábeis, Rosa e Faria (2010) afirmam que a referida lei provocou algumas alterações significativas a partir da sua sanção, a saber: a DOAR (Demonstração de Origem e Aplicação de Recurso) deixou de ser obrigatória, no entanto, as empresas deverão elaborar ao final de cada exercício social o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração de Fluxo de Caixa e, se companhia aberta, a Demonstração de Valor Adicionado.

Por exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as companhias abertas, além das demonstrações obrigatórias, anteriormente citadas, devem elaborar a Demonstração de Mutação do Patrim nio Líquido no lugar da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (ROSA e FARIA, 2010).

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

As Demonstrações Contábeis consistem num conjunto de demonstrativos, previstos em lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados no final do exercício social. De modo geral, seu objetivo é fornecer informações para que os usuários possam fazer avaliações mais precisas, das decisões que pretendem tomar (REIS, 2006). Dentre as demonstrações obrigatórias, tem-se a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), que segundo a FIPECAFI (2013, pág. 5) tem por objetivo “mostrar como ocorre à movimentação de disponibilidades em um dado período de tempo”.

O interesse dos usuários das demonstrações financeiras é saber como a empresa gera e usa seus recursos e equivalentes de caixa durante determinado período. Cabe a DFC divulgar essas movimentações, classificando-as por atividade operacional, de investimento e de financiamento (FIPECAFI, 2009). Essas informações serão úteis para a compreensão sobre a capacidade da empresa em gerar recursos, além de facilitar aos usuários uma comparação entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes empresas (FIPECAFI, 2009).

Para fins da DFC, o conceito de caixa é ampliado, contemplando os numerários em espécies, depósitos bancários e os equivalentes de caixa, que seriam os investimentos de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de alteração de valor (FIPECAFI, 2009). Iudícibus e Marion (2010) acreditam que a DFC, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, é capaz de propiciar informações que possibilitam aos usuários avaliar as mudanças no ativo líquido de uma entidade, sua estrutura financeira (incluindo sua liquidez e solvência) e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

Ainda segundo os autores, as informações sobre o Fluxo de Caixa são úteis para avaliar a capacidade que a entidade possui em gerar recursos e possibilitam ao usuário, avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes entidades. Além de melhorar a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional, pois reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

Para Denis (2009) a principal finalidade da DFC é fornecer informações sobre a movimentação financeira (as entrada e saída de caixa de uma entidade em determinado período ou exercício), bem como fornecer aos investidores, credores e demais usuários, desde que, em conjunto com as demais demonstrações financeiras, uma base para avaliar a capacidade da companhia de gerar caixa.

As informações de Fluxo de Caixa são utilizadas para verificar a precisão das avaliações feitas no passado e no futuro dos ativos de uma empresa, verificar a liquidez, solvência e a flexibilidade financeira, bem como examinar a relação entre a lucratividade e os impactos de variação de preço (DENIS, 2009). Neste demonstrativo, os recebimentos e pagamentos são classificados como: atividades operacionais, que são provenientes da atividade geradora de receita da entidade; atividade de investimento, que são referentes à aquisição e à venda de ativos em longo prazo; e as atividades de financiamento, que são aquelas que resultam da obtenção de recurso dos proprietários, empréstimos de curto e longo prazo e reembolso de quantias emprestadas (DENIS, 2009).

2.2.1. MÉTODOS DE APRESENTAÇÃO DA DFC

No que tange a sua forma de apresentação, a DFC pode ser apresentada de duas formas: Método Direto e o Método Indireto, conforme Anexos I e II. O CPC 03 (Demonstração de Fluxo de Caixa) faculta a utilização tanto do método direto, quanto do indireto, no entanto, para as empresas que optarem pelo método direto de divulgação, torna-se obrigatória a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (FIEPECAFI, 2013).

Segundo Reis (2006, Pág. 115) “o método direto é baseado no regime de caixa, ou seja, procura apresentar todos os pagamentos e os recebimentos ocorridos no período considerado, independente dos mesmos se referirem a operações aprováveis a períodos anteriores ou posteriores”. Além disso, explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro das principais atividades operacionais. Neste método, o saldo final das operações, expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações do período. A sua principal vantagem esta na simplicidade de sua apresentação, que torna este método mais acessível ao usuário (FIEPECAFI, 2013).

Marion (2003) afirma que o método direto mostra todas as entradas e saídas de caixa que efetivamente provocaram a variação das disponibilidades do período, possuindo, portanto uma elaboração mais trabalhosa, pois exige controles específicos para a segregação das movimentações financeiras; porém sua apresentação é mais compreensível para os usuários externos, iniciando com os valores recebidos de clientes e pagos a fornecedores, permitindo a rápida geração de informações.

No método indireto, segundo Reis (2006, pag. 115), “realiza-se primeiramente uma reconciliação do resultado líquido, por meio de adições ou subtrações, para chegar ao caixa líquido resultante das operações”. O método indireto parte do resultado líquido do exercício até chegar ao fluxo de caixa operacional após ajustes. Este método estabelece a ligação entre o lucro líquido, que consta na DRE, e o caixa gerado pelas operações (FIEPECAFI, 2013). Sua utilidade principal é mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazo nas contas relacionadas com o operacional do negócio. Outra vantagem é permitir, ao usuário, avaliar quanto do lucro está se transformando em caixa, em cada período (FIEPECAFI, 2013).

Ele mostra as entradas e saídas de caixa com menos detalhamento do que o método direto. Sua estrutura se assemelha a estrutura da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) – possibilitando maior automação em sua elaboração – e por sua capacidade de evidenciar variações nos prazos de pagamentos e recebimentos, este método tem sido o escolhido pela maioria das empresas (MARION, 2003). Porém, partindo do lucro líquido e baseando-se em diferenças de saldos e inclusão (eliminação) de itens que não afetaram as disponibilidades, sua apresentação acaba confundindo os usuários externos (MARION, 2003).

A diferença entre os dois métodos de elaboração da DFC está na estruturação dos fluxos de caixa das atividades operacionais. Segundo Quintana (2009), no método direto são evidenciados todos os pagamentos e recebimentos referentes às atividades operacionais, enquanto que no método indireto o resultado do período sofre ajuste em decorrência das despesas e das receitas que não interferiram diretamente no caixa ou nos equivalentes de caixa.

Grande parte das empresas de países onde a DFC é obrigatória, optam pelo método indireto, em decorrência do costume adquirido ao elaborar a DOAR, pois neste método o caixa gerado pelas atividades operacionais é uma continuação da sequência utilizada pela DOAR para obter o capital circulante gerado pelas operações (FIPECAFI, 2013). Porém, os órgãos normatizadores das práticas contábeis em todo o mundo recomendam, mesmo não sendo o mais rico para efeito de análise, a adoção do método direto, principalmente em virtude da maior facilidade de compreensão deste método por parte do usuário (FIPECAFI, 2013).

Estudos realizados, por Farshadfar e Monem (2013) em empresas australianas, comprovou que o método direto de DFC torna-se mais relevante no suporte ao processo decisório. Em seu trabalho, os autores argumentam ainda que a existência de um forte apelo para o uso do método direto e a inerente dificuldade dos usuários externos em estimar o fluxo de caixa direto tem conduzido estas empresas a requerer a adoção obrigatória do método direto.

No entanto, uma investigação feita, no ano de 1999, por Wallace e Choudhury e Abhikari em 200 empresas do Reino Unido, constatou que na região existe uma preferência pela utilização da DFC pelo método indireto (apenas duas empresas utilizavam o método direto). Os autores destacam que existe uma preferência pelo método indireto quando há permissão pelas normativas contábeis de escolha entre os modelos.

Pesquisa realizada por Salotti e Yamamoto, em 2007, revelou que dentre os usuários da contabilidade (professores de contabilidade, analista de mercado e contadores em geral), a maior parte deles acredita que a substituição da DOAR pela DFC é bem vinda ao Brasil. Constatou ainda que aos olhos desses profissionais, o método direto é mais simples para ser entendido enquanto o método indireto, apesar de mais complicado, apresenta mais potencialidade em fornecer informações úteis ao usuário. Concluindo que, com a flexibilização quanto à escolha do método, a simplicidade pode ser superada pela qualidade da informação e vice-versa.

A Contabilidade possui como objetivo, o provimento de demonstrativos com informações capazes de subsidiar o processo de tomada de decisão. Ao longo do tempo, a contabilidade foi evoluindo enquanto ciência e ganhando cada vez mais importância no cenário econômico, gerando a necessidade de uma padronização de processos, a fim de alcançar mais transparência e qualidade das informações contábeis. Entre as mudanças mais recentes e impactantes, temos a Lei 11.638/07, que trás as mudanças que adequam a contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Dentre as diversas mudanças trazidas pela Lei 11.638/07, tem-se a substituição da DOAR pela DFC. DFC é um demonstrativo que tem por objetivo apresentar a movimentação das disponibilidades de um determinado período de tempo, podendo ser divulgado por dois métodos (que são escolhidos a critério da administração da empresa e que se distinguem apenas na estruturação dos fluxos de caixa das atividades operacionais): o método direto e o indireto; o primeiro apresenta a vantagem de uma apresentação mais simples; o segundo, por fazer primeiramente uma reconciliação do resultado líquido, para então chegar ao caixa líquido resultante da operação, permite avaliar o quanto de lucro está sendo transformado em caixa. Estudos realizados mostram que não existe uma unanimidade quanto à escolha do método.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho busca identificar as razões para a escolha do método de evidenciação da DFC pelas empresas de Capital Aberto no Brasil. Desse modo, primeiramente, foi realizada uma pesquisa de ordem bibliográfica, objetivando a revisão da literatura acerca dos conceitos, definições e demais aspectos do processo de evidenciação contábil, focando a análise na DFC, nos métodos direto e indireto.

O presente estudo é classificado quanto ao objetivo, como descritivo, que segundo Gil (2008 p. 28) a pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como quantitativa. Segundo Richardson (2008, p. 70) a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc”.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa classifica-se como documental, já que a investigação se deu através das informações disponíveis nas notas explicativas e nos relatórios da administração das empresas de Capital Aberto do Brasil, em que constam as DFC. A pesquisa documental, segundo Gil (2008, p. 51), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A população da pesquisa compreende as empresas brasileiras, que negociam suas ações na BM&F Bovespa e fazem parte do *Carbon Disclosure Project* (CDP), por serem empresas que apresentam uma certa responsabilidade ambiental. O CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que surgiu no ano de 2000, para pedir as maiores empresas do mundo que compartilhassem suas informações sobre a emissão de gases do efeito estufa, publicamente (CDP, 2015). Hoje, a organização é responsável por fornecer o maior e o mais completo sistema global de divulgação ambiental; estas informações são coletadas através de questionário, formuladas por investidores institucionais e endereçadas às empresas listadas nas principais bolsas de valores do mundo (CDP, 2015).

Há de se destacar que, para a determinação da amostra foram consideradas as companhias brasileiras listadas na BMF&Bovespa que responderam o último questionário do CDP aplicado em 2014. A partir da seleção das respondentes, foram identificadas 53 empresas e após a exclusão por omissão de informações, se compôs a amostra final, com 21 empresas.

Tabela 1: Constituição da Amostra da Pesquisa

População da Pesquisa	88
Exclusão por não responder o último questionário CDP (2014)	-35
Amostra Inicial	53
Exclusão por omissão de informação	-32

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

A Tabela 1 sumariza a amostra de dados utilizada na pesquisa. A primeira informação representa a população, constituída das empresas brasileiras listadas na BMF&Bovespa que são participantes do CDP. A segunda informação representa as empresas que não responderam ao último questionário do CDP endereçado as empresas no ano de 2014. A terceira informação demonstra nossa amostra inicial utilizada na pesquisa; estas empresas tiveram seus relatórios analisados, seu método de divulgação de DFC identificado, bem como as informações relacionadas a ramo de atividade e saldo final do caixa do exercício de 2014. A quarta informação representa as empresas que não forneceram informações sobre as razões para a escolha do método de divulgação da DFC utilizado; constituindo por fim, nossa amostra final, utilizada para realização da análise de dados.

O horizonte temporal desta pesquisa são as demonstrações e relatórios financeiros do ano de 2014, por fornecer informações mais atuais e relevantes. Sendo assim, a primeira etapa da coleta de dados foi realizada extraindo-se informações relacionadas ao método de divulgação da DFC, utilizando-se da análise documental das demonstrações contábeis e identificação do método escolhido pelas empresas, do ramo de atividade da mesma e das informações relacionadas ao caixa final, do exercício de 2014.

A segunda etapa da coleta concentrou-se nas razões que levaram as empresas a optarem pelo método escolhido. A priori, estas informações deveriam ser extraídas das notas explicativas e dos relatórios da administração das empresas da amostra, disponíveis nos sítios da Bovespa e no site das Instituições. No entanto, a falta de resultados constatada na pesquisa documental exigiu a extensão do trabalho para uma pesquisa de levantamento, realizada através do questionamento direto e aberto às empresas da amostra. Para tanto, foi utilizado o canal “Fale Conosco” dos sítios das organizações e endereço eletrônico dos gerentes de “Relação com o investidor” (disponível no site da BM&F Bovespa), por onde foi encaminhado o questionamento sobre as justificativas que levou a organização a optar pelo método de divulgação escolhido. Cada empresa recebeu o prazo de cinco dias úteis para responder o questionário e foram submetidas ao mesmo, até cinco vezes. As informações coletadas foram organizadas em planilha do *software* Microsoft Excel, que viabilizou a análise de dados quantitativos e as correlações entre as razões para a escolha do método, o ramo de atividade e o saldo final de caixa do exercício de 2014.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, são apresentados os dados obtidos através de pesquisa no sítio da BMF&Bovespa, demonstrativos contábeis, relatórios da administração e questionamento direto as empresas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Ao total foram analisadas 21 empresas, respondentes do questionário CDP 2014, distribuídas entre os seguintes setores dispostos abaixo:

Tabela 2: Ramo de atividade das empresas analisadas

Empresa	Ramo de Atividade	Total	%
---------	-------------------	-------	---

Embraer	Aeroespacial	1	4,8%
JBS	Alimentos	1	4,8%
Banco do Estado do RS	Bancos e Instituições Financeiras	4	19,0%
Itaú S.A. Investimentos			
Banco do Brasil			
Banco Bradesco			
Fibria	Celulose	2	9,5%
Klabin			
Copasa	Distribuição de Água e Saneamento	1	4,8%
AES Tietê	Distribuição de energia elétrica	2	9,5%
Cia Energ. SP - CESP			
Natura	Higiene e Cuidados Pessoais	1	4,8%
BRMALLS	Mercado Imobiliário	1	4,8%
VALE	Metais e Mineração	1	4,8%
QGEP	Óleo, Gás e Combustíveis	3	14,3%
EDP			
Petrobrás			
Qualicorp	Serviços de Saúde	1	4,8%
CSN	Siderurgia	1	4,8%
TIM	Telecomunicações	1	4,8%
Lojas Renner	Varejo	1	4,8%
TOTAL		21	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa 2015.

A tabela 2, trás a caracterização da amostra utilizada, através dela é possível perceber que a amostra é constituída ramos de atividades diversificados, sendo que os Bancos e as Instituições Financeiras e as Empresas de Óleo, Gás e Combustível apresentam maior predominância.

4.2 PREFERÊNCIA QUANTO AO MÉTODO DE DIVULGAÇÃO DA DFC ESCOLHIDO PELAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Foi feita uma pesquisa, a fim de averiguar a preferência, das empresas da amostra, quanto ao método de divulgação utilizado. A partir da pesquisa, constatou-se que apesar de ser facultada a escolha entre o método direto e o indireto, todas as empresas que fazem parte da amostra optou pelo método indireto de divulgação.

O resultado assemelha-se ao encontrado por Wallace, Choudhury e Abhikari em 1999, no Reino Unido, em que se constatou a preferência pela utilização do método indireto de divulgação da DFC (em um universo de duzentas empresas apenas duas utilizavam o método direto). Indo de encontro ao estabelecido na Fipecafi (2013), que afirma que a utilização do

método direto de divulgação, apesar de não ser o mais rico, para efeito de análise, é recomendado pela maioria dos órgãos normatizadores das práticas contábeis em todo o mundo, em virtude da maior facilidade de compreensão que este método proporciona ao usuário da informação contábil.

Pesquisa realizada por Salotti e Yamamoto (2007) evidencia que o método indireto, apesar de possuir maior complexidade para o entendimento, apresenta mais potencialidade em fornecer informações úteis ao usuário, pois é o método que concilia o lucro com o caixa, ou seja, o usuário consegue entender como um resultado impactou no caixa (SALOTTI E YAMAMOTO, 2007).

No entanto, estudos realizados por Farshadfar e Monem (2013) em empresas australianas, demonstram que o método direto de DFC torna-se mais relevante no suporte ao processo decisório, pois os componentes de fluxo de caixa utilizando o método direto melhorar a capacidade preditiva de fluxo de caixa por um horizonte de até quatro anos, sendo capaz de fornecer informações mais úteis e seguras para os investidores e analistas do que o fluxo de caixa por meio do método indireto.

Portanto, é possível observar que existe uma predominância do método Indireto de Divulgação, o que trás um questionamento sobre relevância da facultatividade pela escolha do método. Como ambos os métodos apresentam informações relevantes, seja na riqueza de informações ou na facilidade de entendimento, a utilização de ambos, no processo de evidenciação, traria mais subsidio para o usuário da informação.

4.3 RAZÕES DAS EMPRESAS PARA A ESCOLHA DO MÉTODO DE DIVULGAÇÃO UTILIZADO

Conforme já mencionado, as informações sobre as razões para a escolha do Método de Divulgação foram levantadas através do questionamento direto e aberto às empresas da amostra inicial, utilizando o Canal “Fale Conosco” ou endereço eletrônico do gerente de Relação com Investidor, pois a informação não constava nas notas explicativas nem relatórios da administração das Companhias. A Pesquisa concentrou-se em um total de vinte e umas empresas (amostra final), que deram o retorno no prazo estipulado (até 25 dias úteis).

Na Tabela 3, tem-se as principais razões citadas nas respostas; o total geral, onde se encontra o total de respostas que citavam as razões relacionadas e abaixo o total percentual relativo à quantidade de empresas da amostra. A pesquisa apresentou o seguinte resultado:

Tabela 3: Razões para a escolha do método de divulgação da DFC

Razões	Comparabilidade	Preferência da adm.	Princípio da competência	Conciliação do caixa com o LL	Facilidade do método	Mais completo	Cont. lógica da DOAR
Total geral	10	1	4	3	9	6	2
Percentual	48%	5%	19%	14%	43%	29%	10%

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

Das respostas coletadas 48% citam como razões para a escolha do método indireto de divulgação a facilidade para a comparabilidade. Os respondentes afirmam que o método

indireto é o método de divulgação adotado pela maioria das empresas, o que o torna, de certa forma, um procedimento uniforme e facilita a comparação entre as demonstrações financeiras.

Um total de 43% das respostas cita a facilidade do método como razão para a escolha; os respondentes afirmaram que a opção pelo método direto torna obrigatória a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, essa conciliação já é a preparação da DFC pelo método indireto, citando também a aplicação de forma automatizada e a facilidade no processo de auditoria interna, como facilidades alcançadas com a utilização do método indireto de divulgação.

Segundo Marion (2003) o método direto de elaboração mostra todas as entradas e saídas de caixa que efetivamente provocaram a variação das disponibilidades do período. Por conta disso, este processo torna-se mais trabalhoso, pois exige controles específicos para a segregação das movimentações financeiras, o que dificulta a automação do processo de confecção da DFC. Porém sua apresentação é mais compreensível para os usuários externos, iniciando com os valores recebidos de clientes e pagos a fornecedores, permite aos usuários visualizarem mais clara e rapidamente as informações (MARION, 2003).

Das empresas respondentes, 29% afirmam que o método indireto é o mais completo e detalhado no que tange volume de informações para o usuário, além possibilitar para o investidor, um maior entendimento das movimentações das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A FIPECAFI (2013) afirma que o método indireto possui, como principal vantagem, mostrar as origens ou aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazo nas contas relacionadas com o operacional do negócio. Além de permitir, ao usuário, avaliar quanto do lucro está se transformando em caixa, em cada período. Os órgãos normatizadores das práticas contábeis em todo o mundo recomendam, mesmo não sendo o mais rico para efeito de análise, a adoção do método direto, principalmente em virtude da maior facilidade de compreensão deste método por parte do usuário.

Um total de 19% das respostas cita o Princípio da Competência como uma das razões para a escolha de utilização do método, já que o método indireto evidencia as transações que passaram pelo caixa e também as transações que tiveram efeito caixa, mas não necessariamente transitaram pelo mesmo. 14% das respostas citava a possibilidade de conciliação do caixa com o lucro líquido da companhia, como uma das razões para a preferência pelo método indireto.

Adicionalmente, 10% das respostas afirmavam que uma das razões para a escolha do método indireto é a sua familiaridade com a DOAR, acreditando com isso possibilitar ao usuário, uma maior compreensão do demonstrativo; e por parte da empresa, a facilidade de uma aplicação automatizada. Indo de encontro ao relatado pela FIPECAFI (2013) que afirma que grande parte das empresas de países onde a DFC é obrigatória, optam pelo método indireto, em decorrência desta familiaridade do método, com a DOAR, na verdade um percentual minoritário utilizou esta razão como justificativa. E por fim, 5% citou como razão a preferência da Administração da empresa pela apresentação do método indireto em detrimento ao direto.

4.4 RAZÃO PARA ESCOLHA DO MÉTODO DE DIVULGAÇÃO X RAMO DE ATIVIDADE DAS EMPRESAS DA AMOSTRA FINAL

Foram co-relacionados as razões para escolha do método e o ramo de atividade das empresas da amostra. Para tanto, a amostra foi categorizada, conforme critérios do CDP por emissão de CO₂ (gás carbônico).

Tabela 4: Razões para a escolha do método de divulgação da DFC (Empresas poluentes)

Razões	Comparabilidade	Preferência da adm.	Princípio da competência	Conciliação do caixa com o LL	Facilidade do método	Mais completo	Cont. lógica da DOAR
Total geral	10	1	4	3	9	6	2
Total Relativo	4	1	2	1	1	4	1

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

A tabela 4 apresenta o total geral de respostas e logo abaixo o total relativo às empresas consideradas poluentes. Neste caso percebe-se que, para as empresas consideradas poluentes (que possuem um alto percentual de emissão de CO₂), a comparabilidade e o fato de considerarem o método indireto o mais completo, possuem a mesma representatividade no julgamento das razões para a escolha do método. O fato de o método utilizar o princípio da competência tem mais relevância para as empresas dessa categoria.

Tabela 5: Razões para a escolha do método de divulgação da DFC (Empresas menos poluentes)

Razões	Comparabilidade	Preferência da adm.	Princípio da competência	Conciliação do caixa com o LL	Facilidade do método	Mais completo	Cont. lógica da DOAR
Total geral	10	1	4	3	9	6	2
Total Relativo	6	0	2	2	8	2	1

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

A Tabela 5 apresenta o total geral de respostas e logo abaixo o total relativo às empresas consideradas menos poluentes. Para esta categoria, a facilidade do método e a comparabilidade possuem mais relevância no momento de escolher o método de divulgação da DFC. Portanto, é possível observar que existe uma tendência das empresas mais poluentes a escolherem o método de divulgação em virtude da comparabilidade e da sua completude, enquanto as empresas menos poluentes tendem a optar pelo método de divulgação escolhido, em virtude da sua facilidade e comparabilidade (segundo a tendência da pesquisa geral).

4.5 RAZÃO PARA ESCOLHA DO MÉTODO DE DIVULGAÇÃO X SALDO FINAL DE CAIXA DAS EMPRESAS NO EXERCÍCIO DE 2014

Foram co-relacionadas as razões para escolha do método e o saldo final de caixa do ano de 2014, das empresas da amostra. Para tanto, o saldo final de caixa foi agrupado por intervalo, gerando o seguinte resultado.

Tabela 6: Razões para a escolha do método de divulgação da DFC versus saldo Final de caixa

Razões	Comparabilidade	Pref. da adm.	Princ. da competência	Conc. do caixa com o LL	Facil. do método	Mais completo	Cont. lógica da DOAR
Total geral	10	1	4	3	9	6	2
533 ─ 822.000	4	1	2	1	4	2	0
822.000 ─ 5.233.000	2	0	1	1	3	3	1
5.233.000 ─ 204.671.481	4	0	1	1	2	1	1

Fonte: Dados da Pesquisa 2015

A primeira informação representa o total geral das respostas apresentadas, logo abaixo, o total relativo ao intervalo de saldo de caixa entre 533 e 822.000 (em mil reais) demonstrando que para as empresas com essa faixa de saldo final de caixa, a comparabilidade e a facilidade do método, possuem maior relevância, quando questionado sobre a razão para a escolha do método de divulgação de fluxo de caixa, seguindo a mesma linha da pesquisa total.

Para as empresas com saldo entre 822.000 e 5.233.000 (em mil reais) a facilidade do método e o fato de considerá-lo o mais completo, possui maior relevância, quando questionado sobre a razão para a escolha do método de divulgação de fluxo de caixa. Por fim, para as empresas com saldo de caixa entre 5.233.000 e 204.671.481 (em mil reais) a comparabilidade e a facilidade do método, possuem mais relevância, quando questionado sobre a razão para a escolha do método de divulgação do fluxo de caixa, seguindo também a tendência constatada na pesquisa geral.

5 CONCLUSÃO

Com a implantação das IFRS, objetivando alcançar uma contabilidade mais universal e transparente, houve a substituição da DOAR pela DFC, dando a administração da empresa o direito de escolher entre dois métodos de divulgação, o método direto e o indireto. Este trabalho objetivou evidenciar as razões para a escolha do método de evidenciação da DFC das empresas de Capital Aberto no Brasil.

Como estratégia, buscou-se mostrar os métodos mais utilizados pelas empresas de capital aberto do Brasil listadas na BMF&Bovespa, entre o método direto e indireto; além de identificar as razões que levaram as organizações a optar pelo método e fazer a correlação entre as razões para a escolha do método com o ramo de atividade e o saldo final de caixa em 2014.

A pesquisa constatou que apesar de facultada a escolha entre os métodos de divulgação, por unanimidade, foi o método indireto de divulgação. Respondendo o problema

da pesquisa constatou-se que não existe uma unanimidade quanto à razão para a escolha de determinado método de divulgação. No entanto, a maior parte das empresas afirmou que optaram pelo método utilizado, a fim de facilitar o processo de comparabilidade entre as demonstrações financeiras. Outra razão que se demonstrou relevante foi a facilidade do método; a utilização do método direto de divulgação, torna obrigatória a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Por fim, o resultado do trabalho indica que a escolha do método se deve mais por comodidade das empresas do que a preocupação de levar a melhor informação para o usuário externo.

A correlação entre o método de divulgação utilizado e o ramo de atividade das empresas da amostra final, demonstrou que para as empresas consideradas poluentes, a comparabilidade e o fato de considerá-lo o método o mais completo e detalhado em termo de informações para o usuário, possuem a mesma relevância; enquanto as empresas consideradas menos poluentes, mantém o mesmo padrão constatado na amostra total (a comparabilidade e a facilidade do método).

A correlação entre o método de divulgação utilizado e o saldo do fluxo de caixa do exercício de 2014 das empresas da amostra final, manteve, de forma geral, o mesmo padrão constatado na amostra total, apenas as empresas com saldo final de caixa classificados entre 822.000 e 5.233.000 (em mil reais) considerou a facilidade do método e o fato de considerá-lo o mais completo, mais relevante.

A limitação dessa pesquisa concentrou-se na amostra, que compreendeu as empresas brasileiras, que negociam suas ações na BM&F Bovespa e que responderam o último questionário do *Carbon Disclosure Project* (CDP) aplicado em 2014. E no fato da razão para a escolha do método de divulgação não constar nas notas explicativas nem nos relatórios da administração, exigindo um contato direto (por vezes, sem retorno) com as empresas da amostra. Como recomendação para as futuras pesquisas sugere-se um estudo mais aprofundado do tema focando nos benefícios que o método direto pode trazer para os usuários da informação e que estão sendo desconhecidas por eles; sugere-se também uma amostra mais ampla e com questionamento fechado, impossibilitando a opção de mais de uma justificativa por empresa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juliano et al. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA/Use of accounting as a tool to support the management of small business of trade buildin. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2012.
- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. Statement nº 4. New York: AICPA/APB, 1973
- BORSATO, Jaluza Maria Lima Silva; PIMENTA, Daiane Paula; LEMES, Sirlei. Uma Abordagem Comparativa na Análise da DOAR e DFC: Um estudo de Caso na Cia. Vale do Rio Doce. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.20, n.2, p. 161-179, abr/jun. 2009.
- CDP, Quem somos. Disponível em < <http://www.cdpla.net/quem-somos>> Acesso em: 15 de abr. de 2015

- DAGA, Karine; KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Controle gerencial ou obediência normativa? R. Cont. Ufba, Salvador-Ba, v. 9, n. 1, p. xx - xx, jan-mar 2015.
- DE LACERDA MIRANDA, Vinícius; DE FARIA, Juliano Almeida. CARICATURAS E ESTEREÓTIPOS DO CONTADOR: COMO A IMAGEM DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE VEM SENDO VEICULADA EM UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO BRASIL?. RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia, v. 15, n. 3, p. 1087-1116, 2016.
- DINIS, Luiz Fernando Machado. Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Normas Brasileiras, Internacional e Norte-Americana. Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p 34-40, jul/set 2009.
- FARSHADFAR, S.; MONEM, R. Further evidence on the usefulness of direct method cash flow components for forecasting future cash flows. **The International Journal of Accounting**, v. 48, p. 111-133, 2013.
- FIPECAFI. Tradução: IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: Aplicável às demais Sociedades. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2000.
- FIPECAFI. Tradução: MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos; IUDICIBUS, Sérgio dos. Manual de Contabilidade Societaria. Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013
- FIPECAFI. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade. IFRS versus Normas Brasileiras. São Paulo, Editora Atlas, 2009.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. V. Teoria da contabilidade. Tradução por Antônio Zorato Sanvinente. São Paulo: Atlas, 2007.
- IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial, Atualizado conforme a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 5.ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Miguel. Viagem Histórica pelo Vetusto Mundo da Contabilidade; Revista Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 35 - 42, jan./mar. 2010.
- GONÇALVES, Debora Fernanda; MENDONÇA, Fabiano Santana; MEDEIROS, Iara. Advento da Globalização e o Efeito na Contabilidade Brasileira. Revista Interatividade, São Paulo, SP, V2, n. 1, 1º sem. 2014.
- MALANCRIDA, Maria Jane, Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança Cooperativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações da Ibovespa. R. Cont. Fin. USP. São Paulo, Edição comemorativa, p 65-79. Setembro/2006.
- MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PONTE, Vera Maria Rodrigues Et Al.; A Prática Da Evidenciação De Informações Avançadas e Não Obrigatórias Nas Demonstrações Contábeis Das Empresas Brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 36, p. 7 - 20, setembro/dezembro 2004.
- QUINTANA, Alexandre Costa. Fluxo de caixa: demonstrações contábeis – de acordo a Lei 11.638/07. Curitiba: Juruá, 2009
- REIS, Arnaldo. Demonstrações Contábeis, Estrutura e análise. 2ª Ed. São Paulo, Editora Saraiva 2006.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- ROSA, Débora Cristina Dala; Faria, José César de. O Impacto da Lei 11.638/07 No Mundo Contábil. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010.
- SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Os Métodos de Divulgação da DFC no Brasil. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 25-37, set./dez. 2007.
- STRASSBURG, U. et al. A Importância do sistema de informação contábil como fonte de informações para tomada de decisões. Trabalho apresentado ao VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, Cascavel, 2007.

WALLACE, R. S. O.; CHOUDHURY, M. S. I.; ADHIKARIZ, A. The comprehensiveness of cash flow reporting in the United Kingdom: some characteristics and firm-specific determinants. *The International Journal of Accounting*, v. 34, n. 3, p. 311-347, 1999.

WILLIAMS, Zachary; TAYLOR, Ronald D. ; LUEG, Jason E.; COOK, Robert, L. Why all the changes? An institutional theory approach to exploring the drivers of supply chain security (SCS). *International Journal of Physical*, v. 39, n. 7, p. 595-618, 2009.

ANEXO I

Método Direto

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

- Vendas Recebidas de Mercadorias
- (-) Pagamento de Fornecedores
- (-) Pagamento de Despesas Operacionais
- (-) Pagamento do Imposto de Renda
- (-) Pagamento de Juros
- = Caixa líquido das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

- Aplicação Líquida em Investimentos
- Aplicação Líquida em Imobilizado
- Aplicações em Títulos (Juros Recebidos)
- Redução de Outros Direitos a Longo Prazo
- = Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

- Financiamento por Recursos de Terceiros
- Aquisição de Financiamento por Recursos Próprios
- Outras Contas a Pagar
- Dividendos Pagos
- = Caixa Aplicado nas atividades de Financiamento

Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalente de caixa – início do ano
- Caixa e equivalente de caixa – final do ano

Fonte: CRC - Ce (2008)

ANEXO II

Método Indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

- Lucro Líquido do Exercício
- (+) Depreciação
- (+/-) Equivalência Patrimonial
- (+/-) Constituição de Reservas
- = Caixa das atividades operacionais

Fluxo de caixa gerado pelas origens de recursos:

- Aumento do Passivo Circulante
- Aumento do Exigível a Longo Prazo
- Aumento do Patrimônio Líquido
- Redução do Ativo Circulante
- Redução do Realizável a Longo Prazo
- Redução do Ativo Permanente
- = Caixa gerado

Fluxo de caixa aplicado em recursos:

- Redução do Passivo Circulante
- Redução do Exigível a Longo Prazo
- Redução do Patrimônio Líquido
- Aumento do Ativo Circulante
- Aumento do Realizável a Longo Prazo
- Redução do Ativo Permanente
- Pagamento de Dividendos
- = Caixa aplicado

Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalente de caixa – início do ano
- Caixa e equivalente de caixa – final do ano

Fonte: CRC - Ce (2008)